



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## Relatório INSP-2022-0086

BI-2022-0085

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 15/07/2022

**Hora:** 11h00

**Tipo:** Ação Direta

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:** Mário RS. Leal

**Outros técnicos de entidades oficiais:**

#### Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo averiguar se o estabelecimento se encontra a cumprir as normas do Regime Jurídico da Taxa Ambiental pela Utilização de Sacos de Plástico Distribuídos ao Consumidor Final, aplicáveis aos estabelecimentos de comércio a retalho abrangidos.

- Regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final:

- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril;

- Portaria n.º 36/2015, de 31 de março, que estabelece as normas necessárias à execução do DLR n.º 10/2014/A;

- Despacho da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente n.º 2704/2015, de 14 de dezembro, que aprova os modelos de mensagens de sensibilização a inserir nos sacos de plástico.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho..

No local foi contactado o sócio-gerente responsável pela empresa, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Poupe Sempre, Lda.

**NIPC/NIF:** 510935028

**Sede/morada:** Caminho do Meio, Nº 2C

**Código Postal:** 9900-451

**Freguesia:** Praia do Almoxarife

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Nome:** Minimercado Poupe Sempre - Loja 1

**Endereço:** Caminho do Meio, N.º 1

**Código Postal:** 9900-451

**Freguesia:** Praia do Almocharife

**Concelho:** Horta

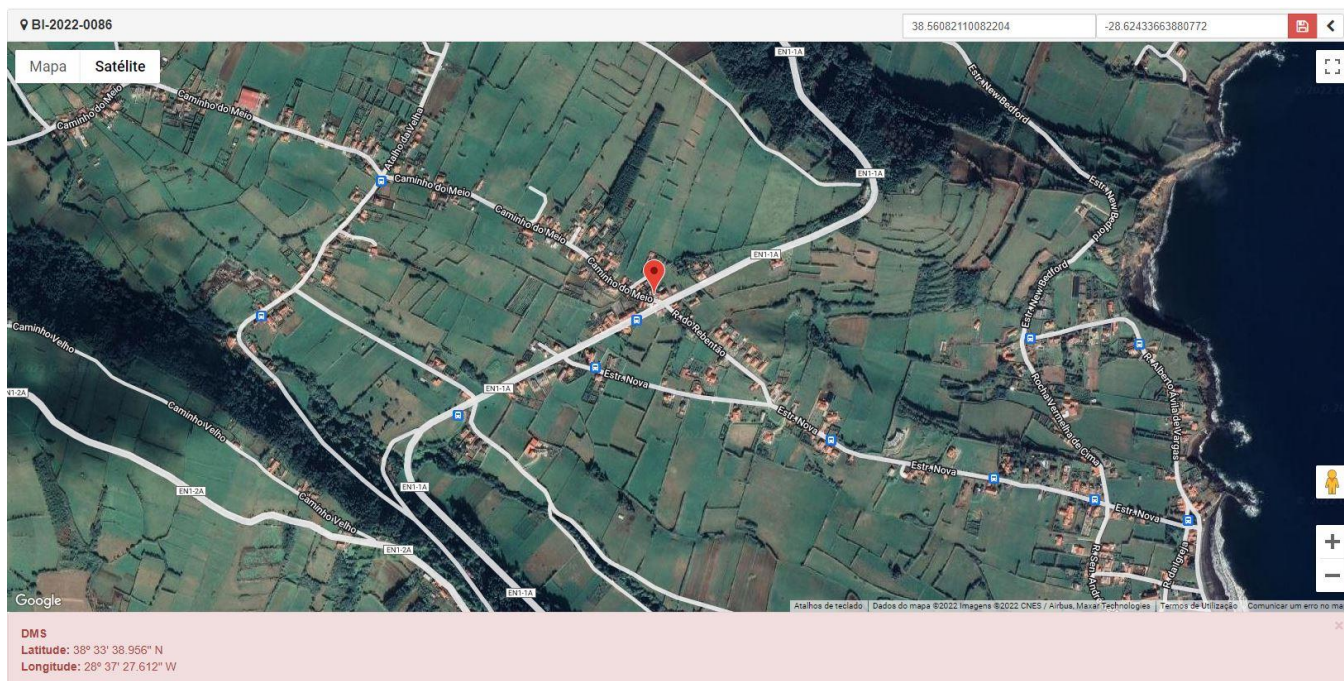
**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade:** Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco. **CAE:** 47112

**Período de funcionamento:** Das 9h00 às 19h00, de 2.ªfeira a sábado

**Licenciamento da atividade:** Alvará de Autorização de Utilização N.º 51/87, da C.M. Horta

**Coordenadas Geográficas:** **Latitude:** 38° 33' 38,956" N; **Longitude:** 28° 37' 27,612" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

Sacos fornecidos	Características / Foto
Outros sacos de plástico	<p>Saco plástico liso, sem qualquer publicidade ou denominação da empresa.</p> 

### 2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €.	nº 1, art. 3.º, DLR 10/2014/A; art. 2º, Portaria 36/2015.	Cumprido	
b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”.	nº 2, art. 3.º, DLR 10/2014/A; art. 3º, Portaria 36/2015.	Cumprido	
c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA.	nº 2, art. 3º, Portaria 36/2015.	Cumprido	
d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa.	nº 2 art. 3º, Portaria 36/2015.	Não aplicável	Não vende os sacos de plástico
e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco.	art. 9º, DLR 10/2014/A; nº 3. art. 6.º, Portaria 36/2015	Cumprido	
f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação.	nº 1, art. 10.º, DLR 10/2014/A.	Não aplicável	Os sacos de plástico distribuídos ao consumidor final não têm qualquer publicidade ou designação/logotipo da empresa.
g) A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente.	nº 1, art. 10.º, DLR 10/2014/A; nº 1, art 6.º, Portaria 36/2015.	Não aplicável	
h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%.	nº 1, art. 10º, DLR 10/2014/A; nº 4, art. 6.º, Portaria 36/2015	Não aplicável	
i) Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada.	art. 8º, DLR 10/2014/A	Cumprido	
j) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior.	art. 4º, art. 8º, DLR 10/2014/A; nº 1, art. 4º, Portaria 36/2015.	Não cumprido	Não submeteu a declaração anual à ERSARA relativa à quantidade de sacos de plástico (adquiridos e distribuídos) em 2021.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

Irregularidade	Enquadramento legal
Incumprimento da obrigação de submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior.	Viola do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 36/2015, de 31 de março, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, constituindo infração prevista no n.º 1, do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, na sua redação atual, sendo punível nos termos do Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, na redação atual.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Horta, 20 de julho de 2022

A Inspetora Superior Principal